

O IMPACTO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS NA SAÚDE

Luciana Andrade Silva

Mestranda em Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Maria Geralda de Miranda

Pós-doutora em Ciências Humanas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Pós-doutora em Linguística, Letras e Artes pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Roy Reis Friede

Doutor em Direito Público pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Desembargador Federal e Vice-presidente do Tribunal Regional Federal da Segunda Região
Pesquisador do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Carla Junqueira Moragas

Doutora em Química de Produtos Naturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Kátia Eliane Santos Avelar

Doutora em Microbiologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Coordenadora do Laboratório de Referência Nacional para Leptospirose da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

As evidências de que a sociedade contemporânea vivencia uma intensa crise ambiental são cada vez mais contundentes. Observa-se o impacto de tais problemas ambientais, mas não necessariamente desenvolvem-se ações de minimização do impacto ambiental na saúde. Situações de poluição pela disposição inadequada de lixo provocam impactos ambientais negativos em diferentes ecossistemas da cidade como as margens e leito dos rios, margens de ruas e estradas, fundos de vale e lotes baldios. Este artigo busca problematizar a relação entre as questões ambientais e o campo da saúde, assim como refletir sobre o impacto ambiental oriundo do lixo, através da revisão de literatura.

Palavras-chave: Saúde. Educação ambiental. Lixo.

THE IMPACT OF ENVIRONMENTAL ISSUES IN HEALTH

ABSTRACT

Evidence that the contemporary society experiences a severe environmental crisis are increasingly compelling. We see the impact of such environmental problems, but not necessarily develop in minimizing the actions of the environmental impact on health. Pollution situations by improper waste disposal cause negative environmental impacts in different ecosystems of the city as the banks and beds of rivers, streets and roads margins, valley bottoms and vacant lots. This article seeks to question the relationship between environmental issues and the health field as well as reflect on the environmental impact arising from the disposal, through the literature review.

Keywords: Health. Environmental education. Waste.

1 INTRODUÇÃO

Em outubro de 2008 entidades como a OMS, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Internacional de Epizootias (OIE) elaboraram o documento “A guide to establish collaboration between animal and human health at a country sector level”, um manual de implantação da colaboração entre autoridades governamentais e não governamentais responsáveis pela sanidade (ou saúde) animal e a saúde humana. Neste manual encontramos o conceito “Um Mundo - Uma Só Saúde”. A Saúde Única objetiva a melhoria da qualidade de vida da comunidade, beneficiando a todos, humanos, não-humanos e meio ambiente, de acordo com a perspectiva da saúde única existem quatro áreas que influenciam a situação sanitária em um determinado território: o ambiente, as questões sociais, o aspecto econômico e os comportamentos. Daí a necessidade de colaboração interdisciplinar, visando à melhoria da saúde humana e animal.

Ao analisar as transformações tecnológicas e o surgimento de algumas tendências, percebem-se tais repercussões junto às cinco ações para a promoção da saúde da coletividade preconizadas na Carta de Ottawa que se destaca a criação de ambientes favoráveis à saúde, fortalecimento da ação comunitária, construção de políticas públicas saudáveis, reorientação dos sistemas e serviços de saúde de um enfoque curativo para um enfoque preventivo, com a formação de profissionais capazes de acompanhar esta mudança (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2011).

O mundo do trabalho tem apresentado alterações significativas por conta do avanço da ciência, da tecnologia e das mudanças no cenário econômico, político e social, o que clama por profissionais com visão empreendedora e com competência especializada, mas que acima de tudo tenham habilidade diante das questões ambientais e promovam práticas e iniciativas sustentáveis, visando ao respeito ao meio ambiente, ao uso inteligente dos recursos naturais e ações com vistas ao desenvolvimento local/ regional, e principalmente, ajam com compromisso ético-ambiental, para garantia de melhor qualidade de vida, proteção e sustentação ambiental (COELHO, 2010).

Ao referenciar o desenvolvimento sustentável, a Agenda 21, documento originário do evento Rio/92, traz no seu bojo a interdependência entre qualidade de vida, ambiente e saúde, quando relaciona o papel dos seres humanos quanto ao ambiente e descreve o impacto das mudanças ambientais sobre a saúde e a qualidade de vida das populações (HALL; PFEIFFER, 2013).

Segundo a Comissão sobre Governança Global das Nações Unidas:

A governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas ou privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006).

Numa perspectiva crítica, a governança é uma rede de ideias pragmáticas e de padrões de comportamento cooperativo, compartilhados por um grupo de atores selecionados, portadores de respectivos interesses; uma rede autoativada, destinada a lidar com o caos num contexto em que nem a ordem normativa exercida desde cima (comando estatal) nem o ordenamento

participativo autônomo feito desde as bases (democracia participativa) estão disponíveis ou, caso estejam, não são desejáveis. (SCHÜTZ et al., 2012).

A Rio+20 foi pautada na discussão de “uma economia verde” que de acordo com Schutz e outros (2012), contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza”. Resta agora analisar como foi sendo gestada a noção de Economia verde. o ideário hegemônico em relação à sustentabilidade poderia ser sintetizado em três pontos (HALL; PFEIFFER, 2013):

- a) identificação do crescimento populacional em condições de pobreza como a principal força motriz impulsora da pressão sobre os recursos naturais vitais para os serviços ecossistêmicos de provisão;
- b) o monitoramento do desenvolvimento dos países ainda “não desenvolvidos” é uma questão de “segurança” global; e
- c) o mundo desenvolvido deve “ajudar” tutorando os países que buscam desenvolver-se a “vencer a pobreza”, se preciso, revisando seu próprio esbanjamento, promovendo a “sustentabilidade”.

Diante disso, debater sobre Educação Ambiental deixou de ser um assunto exclusivo dos movimentos sociais ambientalistas ou de pessoas especializadas do campo ambiental, mas toda a sociedade deve estar inserida nessa discussão. Essa reflexão nos leva a pensar que, conectar saúde ao tema Educação Ambiental torna-se primordial na construção deste conhecimento, vivenciando atitudes e práticas, para que seja mais eficaz e mais concreto, oferecendo condições de perceber o link entre saúde e a sustentabilidade.

2 A PROBLEMÁTICA DO LIXO URBANO

A população mundial já ultrapassou a marca de 7,0 bilhões de habitantes. Com o aquecimento da economia global houve um aumento do consumo, principalmente de produtos industrializados, por exemplo, latas de alumínio, pneus de automóveis e garrafas plásticas que são igualmente descartados todos os dias. Inclui-se nesta lista os materiais considerados tóxicos, como o lixo hospitalar, os materiais contaminantes, como baterias de celular e laptops, pilhas alcalinas etc (LISBOA, 2010).

Devemos nos atentar para alguns aspectos, como destino final do lixo, em que devemos alertar a população para que passem a observar como esses resíduos são dispostos na natureza: céu aberto; aterros controlados, aterros sanitários, usinas de compostagem, usinas de incineração e orienta-los sobre a reciclagem que é a opção mais adequada tanto do ponto de vista ecológico quanto do econômico. Os desperdícios causados pela não reciclagem do lixo são decorrentes do desconhecimento de seu valor econômico, de sua viabilidade para ser reaproveitado como matéria prima bem como das deficiências de políticas públicas voltadas para a implementação e gestão.

Observando essas questões, a reutilização contribui para a redução dos aspectos ambientais causados pelas formas anteriores e para poupar em partes a utilização dos recursos naturais além abrir postos de trabalho nas usinas de reciclagem despertando uma consciência ambientalmente correta e principalmente para uma mudança de conduta na gestão dos resíduos sólidos produzidos por ele ao longo de sua existência, mostrando de forma simples e objetiva o potencial econômico gerado pelo lixo utilizando a reciclagem bem como a necessidade da preservação do meio ambiente (GONZAGA; RIBEIRO; ARAÚJO, 2015).

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil produz 228.413 toneladas de lixo em média por dia, não havendo local adequado para cerca de 50,8% desse total (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014), descartados no solo sem nenhum tipo de impermeabilização ou controle para minimizar seus impactos do descarte de resíduos e evitar a poluição.

As evidências empíricas acumuladas sobre impactos negativos causados ao ambiente pelas ações humanas colocam em questão as formas atuais de gestão das relações homem-natureza, colocando em cena um debate social em torno dos conflitos ambientais, cuja etiologia está ligada a um complexo de fatores que configuram opções por estilos de desenvolvimento socioeconômicos historicamente dados (SACHS, 2010).

A problemática ambiental gerada pelo lixo é de difícil solução e a maior parte das cidades brasileiras apresenta um serviço de coleta que não prevê a segregação dos resíduos na fonte (MUCELIN; BELLINI, 2008, p. 113). Nessas cidades é comum observarmos hábitos de disposição final inadequados de lixo. Materiais sem utilidade se amontoam indiscriminada e desordenadamente, muitas vezes em locais indevidos como lotes baldios, margens de estradas, fundos de vale e margens de lagos e rios.

O gráfico abaixo demonstra a fração orgânica dos resíduos gerados que é estimada pela Abrelpe (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS, 2015) como sendo cerca de 51,4% do total produzido no país. Tomando-se como base esta estimativa, pode-se calcular que no ano de 2014 foram produzidas cerca de 1.790 toneladas de matéria orgânica por dia. Todo esse resíduo apresenta grande potencial energético, que se aproveitado de maneira correta reduziria o volume de resíduos destinados ao aterro metropolitano, gerando energia térmica ou elétrica.

Figura 1: Estimativa de geração de resíduos nos próximos 20 anos



Fonte: (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS, 2015).

A nova lei dos resíduos sólidos em seu artigo 3º, inciso XV, define rejeitos com: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada. (BRASIL, 2010).

É notória a importância do envolvimento da população na investigação sobre a temática o lixo domiciliar e que vem suscitando cada vez mais eventos e análises dos órgãos públicos. Os trabalhos realizados principalmente pela comunidade escolar, associações de bairro e organizações não governamentais, contribuem para o debate na busca de soluções, diante do volume do lixo lançado no meio ambiente, o qual não se pode mais ignorar.

Para o enfrentamento de tal problema se faz necessária à atuação do Poder Público através da implementação de ações eficazes que possam garantir os direitos da população que é afetada com as enchentes, com as doenças transmitidas por vetores, com o mau cheiro, com a questão estética, dentre outras, causadas pela disposição inadequada do lixo.

3 REAPROVEITAMENTO INTEGRAL DOS ALIMENTOS, REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM UMA SOLUÇÃO PARA SAÚDE AMBIENTAL?

Neste cenário, a Educação Ambiental vem exercer um papel fundamental de sensibilização e conscientização das pessoas, quanto às práticas atuais de consumo, utilização dos recursos naturais e descarte de resíduos. Presente em todos os setores da sociedade e possível para todas as faixas etárias, religiões, etnias e classes sociais, a Educação Ambiental se mostra de importância fundamental.

Segundo aponta Rodrigues e outros (2013) o Brasil é considerado um país rico em diversidade e quantidade de alimentos. No entanto, o país tem sido reconhecido também como um campeão em perdas pós-colheita e desperdícios. A falta de hábitos em se utilizar adequadamente os alimentos, aproveitando praticamente todas as suas partes é um dos motivos do desperdício. A alimentação integral possui como princípio básico a diversidade de alimentos, a redução dos custos e, a preocupação com o consumo consciente.

Um dos principais problemas ambientais da atualidade é a produção em grande escala de resíduos em nível domiciliar e a sua inadequada destinação, estando os olhares voltados quase que totalmente para a cozinha, produtora de boa parte dos resíduos de uma residência. Siqueira e outros (2014) apontam que ações esclarecedoras e questionamentos acerca de saúde ambiental são fundamentais para a educação e para o compromisso com o ambiente em que vivem, tornando-os cidadãos conscientes acerca dos problemas que práticas danosas trazem ao mesmo, estimulando mudanças de hábitos de forma esclarecida para que sejam instrumentos importantes para a conservação do ambiente.

Figura 2: O caminho do desperdício no Brasil



Fonte: (ONU VERDE, 2015).

O acúmulo dos resíduos sólidos nos centros urbanos, como os grandes problemas de poluição da atualidade, está baseado na tríade: consumo – recurso – resíduo. Ou seja, a crescente necessidade de consumo gerando um aumento da utilização dos recursos naturais que por sua vez acarreta em um maior descarte de resíduos (GUIMARÃES, 2012).

Para Silva (2014) uma solução eficiente, ainda que bastante complexa, para o problema crônico dos resíduos sólidos nas grandes cidades, consiste, portanto, na mudança do nosso comportamento em relação ao consumo de produtos industrializados e no descarte dos mesmos. Em outras palavras, a adoção efetiva da estratégia dos 3Rs: reduzir (o consumo), reutilizar (os materiais) e reciclar (os resíduos).

4 O IMPACTO DO APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS NA SAÚDE

Como se observa, o acesso à água potável e a expectativa de vida relacionam-se diretamente com as condições ambientais e não apenas econômicas, o que mostra a necessidade de sustentabilidade do desenvolvimento, isto é, a necessidade de harmonização entre as metas econômicas e de produção com a preservação do meio ambiente, a justiça social, de modo a exigir políticas públicas que facilitem o desenvolvimento sustentável através do acesso a serviços de qualidade direta ou indiretamente explorados pelo estado, garantindo uma melhor qualidade de vida e o uso racional dos recursos da natureza (DONATO; BARBOSA; BARBOSA, 2015).

Sen (2000) chama atenção para o fato de que as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a relação empírica que vincula, umas as outras, liberdades diferentes, fortalecendo-as e reforçando prioridades valorativas. Trata-se de uma visão voltada para o agente, que, com oportunidades sociais adequadas, moldam seu próprio destino e ajudam uns aos outros. Neste sentido, o autor aponta uma base racional para reconhecer o papel positivo da condição de agente livre e sustentável e o papel positiva da impaciência construtiva.

Segundo Gonçalves (2015) A reprodução de doenças está intimamente relacionada com os determinantes de ordem socioeconômica. A dengue pode ser considerada um subproduto da urbanização acelerada e sem planejamento, característica dos centros urbanos de países em desenvolvimento.

Neste contexto, Flauzino e outros (2011) relatam em seu estudo, que o manejo inadequado do lixo e a irregularidade do abastecimento de água são fatores considerados como responsáveis pela manutenção da endemia da dengue, pois podem gerar um grande número de criadouros potenciais do vetor; logo, as informações repassadas para a população devem contemplar medidas preventivas.

Sendo assim, o desenvolvimento sustentável poderia também ser chamado de desenvolvimento responsável, onde o Estado e a sociedade civil organizada imponham limites sociais às estruturas econômicas, de modo que a evolução extrativista ou transformadora atenda a ética de uma função social do progresso que preserve os recursos naturais para as gerações futuras e diminuam o índice de resíduos inaproveitáveis no ciclo econômico (DONATO; BARBOSA; BARBOSA, 2015).

Segundo Rocha, Dantas e Cândido (2014) há uma urgente necessidade da elaboração, implantação e implementação de Políticas Públicas que contemplem medidas efetivas de saneamento básico, para reversão do quadro atual da dengue, promovendo o controle do vetor (*Aedes aegypti*) e a prevenção da doença, complicações e óbitos no país. A participação da sociedade civil é de fundamental importância para o combate à dengue, cumprindo o seu papel em seus domicílios e em comunidades onde residem.

Diante destas reflexões, consideramos que na atualidade não é concebível se trabalhar de modo isolado, pois, os problemas complexos da área de saúde exigem dos profissionais um trabalho com cooperação mútua e integrado, buscando-se objetivos comuns para resolução dos problemas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, há uma crise ecológica, cujas proporções ainda não são totalmente conhecidas, mas que tem exigido, da sociedade, em diferentes esferas, a adoção de medidas protetoras do meio ambiente. Nesta vertente, aprender a usar recursos finitos de maneira eficiente, reduzir padrões de consumo e desperdício, identificar os possíveis efeitos de poluentes e outras ameaças com vistas ao alcance da manutenção de ambientes e habitantes saudáveis compõem um plano prudente em relação à assistência à saúde e para o planeta no seu sentido mais amplo.

Com base nisso, o que se defende é que há necessidade urgente de se ampliar o debate sobre a interface saúde e meio ambiente, visto ser uma demanda contemporânea, que exige do setor saúde o estabelecimento de bases teóricas e práticas compatíveis com pressupostos éticos relacionados à responsabilidade com a preservação do planeta para essa e para as futuras gerações.

Entre os efeitos já estimados no campo da saúde humana, decorrentes das alterações ambientais, destacam-se a propagação de doenças infecciosas, em especial aquelas de transmissão vetorial, aquelas com reservatórios animais em sua cadeia de transmissão e as de transmissão hídrica ou alimentar; os danos à saúde decorrentes dos desastres de origem natural ou antropogênicos; doenças crônicas não infecciosas relacionadas às modificações ambientais e deficiências nutricionais. Estes efeitos são pouco perceptíveis em análises de curto prazo, exceto em situações de exposição aguda, como no caso de desastres, mas apresentam um grande potencial de intensificação. (BARRETO et al., 2011)

Dessa forma, a responsabilidade ambiental, na medida em que gera mudança de postura, deve fazer parte do cotidiano das pessoas. Assim, o papel da educação é possibilitar aprendizado de valores essenciais para a promoção da saúde e de melhor qualidade de vida às pessoas e para a preservação do planeta. Constatou-se que há a necessidade de práticas mais eficazes e efetivas para o alcance do desenvolvimento sustentável e saudável.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/biblioteca_artigos.cfm>. Acesso em: 20 out. 2015.

BARRETO, M. L. et al. **Successes and failures in the control of infectious diseases in Brazil: social and environmental context, policies, interventions, and research needs**. *The Lancet*, London, v. 377, n. 9780, p. 1877-1889, 2011.

BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3. ago. 2010.

COELHO, I. B. Democracia sem equidade: um balanço da reforma sanitária e dos dezenove anos de implantação do sistema único de saúde no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 171-183, jan. 2010.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Nossa comunidade global**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DONATO, L. de A.; BARBOSA, M. de F. N.; BARBOSA, E. M. Reciclagem: o caminho para o desenvolvimento sustentável. **Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 23-34, 2015.

FLAUZINO, R. F. et al. Indicadores socioambientais para vigilância da dengue em nível local. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n.1, p. 225-240, 2011.

GONÇALVES, R. P. et al. Contribuições recentes sobre conhecimentos, atitudes e práticas da população brasileira acerca da dengue. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 578-593, 2015.

GONZAGA, E. A. R.; RIBEIRO, L. F.; ARAÚJO, E. H. de. Análise da percepção ambiental como instrumento para o planejamento de ações de educação ambiental para funcionários terceirizados na Universidade Federal de Uberlândia. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 121-134, 2015.

GUIMARÃES, G. C. **Consumo sustentável para a minimização de resíduos sólidos urbanos**. Brasília, DF: UNB, 2012.

HALL, P.; PFEIFFER, U. **Urban future 21: a global agenda for twenty-first century cities**. Routledge, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saneamento básico**. Rio de Janeiro, 2014.

LISBOA, J. C. F. **Ser protagonista**: Química: ensino médio: 3º ano. São Paulo: SM, 2010.

MUCELIN, C. A.; BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 111-124, 2008.

ONU VERDE. **Produzidos e jamais consumidos**: um guia visual sobre o desperdício de alimentos. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.onuverde.org.br/Artigo/108/Produzidos-e-jamais-consumidos-um-guia-visual-sobre-o-desperdicio-de-alimentos>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Carta de Ottawa**. Ottawa, 1986.

ROCHA, D. C.; DANTAS, R. T.; CÂNDIDO, G. A. Políticas Públicas para a saúde e o papel da atenção básica de saúde no controle e prevenção da dengue no país. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Caxambu do Sul, v. 12, n. 2, p. 754-764, 2014.

RODRIGUES, R. C. et al. Uso integral e reaproveitamento seguro dos alimentos em cidade do interior de Minas Gerais. **Nutrire**, São Paulo, v. 38, p. 324-324, 2013. Suplemento.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SCHÜTZ, G. E. et al. A agenda da sustentabilidade global e sua pauta oficial: uma análise crítica na perspectiva da saúde coletiva. **Cien Saude Colet**, v. 17, n. 6, p. 1407-1418, 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SILVA, E. A. de. et al. Educação ambiental voltada para a reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos no ambiente escolar: um estudo de caso no ensino fundamental em Recife, PE. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 412-423, 2014.

SIQUEIRA, L. D. et al. **Gestão participativa no contexto universitário na perspectiva da promoção da saúde**. Botucatu: CIRU, 2014.

Recebido em: 3 mar. 2016.
Aprovado em: 6 abr. 2016.